

---

## AS MARCAS DA RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE TESTEMUNHO EM FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SIRKIS

César Alessandro Sagrillo Figueiredo<sup>1</sup>

**Resumo:** O período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) gerou severos traumas à cultura política do país, mas após a Anistia, em 1979, começaram a abundar na seara literária diversos livros que tratavam sobre o período da luta armada (1968-1975), sobretudo através da escrita de ex-guerrilheiros, transformando-se em campeões de vendagem no período. Mediante o exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar a construção da memória de resistência e seus usos através das fontes da Literatura de Testemunho de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, respectivamente com os livros *O que é isso companheiro* (1979) e *Os carbonários: memórias da Guerrilha Perdida* (1980). Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dessas obras. Como resultado de pesquisa, concluímos que a Literatura de Testemunho serviu de elemento fiador da memória dos autores e como expressão de resistência.

**Palavras Chaves:** Ditadura civil-militar; Literatura do Testemunho; Escritores da Guerrilha; Memória.

**Abstract:** The period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) generated severe trauma to the country's political culture, but after the Amnesty in 1979, several books dealing with the period of armed struggle (1968-1975), began to abound in the literary field, mainly through the writing of former guerrillas, who became best sellers in the period. Based on the above, this article has as its main objective to examine the construction of resistance memory and its uses through the sources of the Literature of Testimony of Fernando Gabeira and Alfredo Sirkis, respectively with the books, *What is this companion* (1979) and *Os carbonários: memory of the Lost Guerrilla* (1980). For methodological purposes, this will be a qualitative work, based on a literature review on the subject; likewise, we will carry out content analysis of these works. As a result of research, we conclude that the Literature of Testimony served as a surety element in the authors' memory and as an expression of resistance.

**Key Words:** Civil-military dictatorship; Testimony Literature; Guerrilla Writers; Memory.

---

<sup>1</sup> Prof. Adjunto III em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Violência e Estado. E-mail: cesarpolitika@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre memória política, compreendemos que a sua elaboração é uma construção coletiva, realizada a partir de muitas vozes e testemunhos que se dispõem a construir a história de um período. De igual modo, temos consciência de que a história oficial, na maioria das vezes, é extremamente seletiva, podendo ser recortada através do olhar arbitrário dos centros de tradições que possuem capital social de distinção para contar, selecionar e mensurar. Nesse cenário, compreemos a memória como um objeto em disputa, a partir de vários personagens e fragmentos.

Tal processo de forja da memória de um período tona-se ainda mais complicado quando trabalhamos com o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), haja vista que fora um período extremamente complicado politicamente e que legou severas fraturas para a futura democracia brasileira, sobretudo, traumas coletivos difíceis de serem curados em face do terror de Estado, justamente, em virtude das inúmeras violações contra os direitos humanos.

No cenário dos atores que se dispuseram a denunciar e testemunhar, destacamos um conjunto de agentes políticos que possuíram parte ativa no processo de luta contra o regime militar, especialmente os ex-guerrilheiros, que ousaram pegar em armas, opondo-se à ditadura civil-militar, no período que se convencionou chamar de luta armada (1968-1975) (GORENDER, 1987). Muitas das publicações desses personagens surgiram, *a posteriori*, numa série de publicações na mídia impressa, por exemplo, em jornais, livros e revistas, que possuíam uma multivocalidade contrapondo o regime vigente e buscando a distensão política através das denúncias efetivadas, exatamente com intuito de divulgar as denúncias dos crimes cometidos pela corporação militar. Destacamos que o conjunto dessas publicações que surgiram no período poderia ser denominado como constitutivo da Literatura do Testemunho:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). Sendo “Gulag” um acróstico do russo Glavnoie Upravlenie Lagueri (Direção Geral dos Campos), nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que implica alguma positividade, de sacrifício para deus (SALGUEIRO, 2012, p. 286).

Uma das primeiras obras que impactaram foi o livro *O que é isso companheiro*, em 1979, obra de Fernando Gabeira, tornando-se um campeão de vendas e dando respaldo para outras obras no mesmo período, posteriormente, houve o lançamento de *Os carbonários: memória da Guerrilha perdida*, lançada no ano seguinte, ambos receberam prêmio Jabuti nos respectivos anos. Mediante o exposto, este artigo possui como objeto o estudo das obras de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, respectivamente com os livros *O que é isso companheiro* (1979) e *Os carbonários: memória da Guerrilha Perdida* (1980), tendo como objetivo

principal examinar a construção da memória de resistência e seus usos através desses livros.

Para a consecução deste objetivo, cabe refiná-lo nos seguintes momentos: 1) o estudo do conceito Literatura do Testemunho, cunhado a partir do século XX, e o seu aporte teórico para o cenário brasileiro, realçando sobremaneira as convergências da memória; 2) o exame das obras indicadas, a fim de situá-las dentro do escopo da Literatura do Testemunho latino-americana; e, finalmente, 3) o diálogo desses dois livros como temas convergentes. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dessas obras.

## LITERATURA DE TESTEMUNHO COMO A CHAVE DA MEMÓRIA

A fim de discorrermos acerca dos conceitos da memória e de seus usos, primeiramente, torna-se pertinente construirmos o enquadramento da memória como objeto teórico e empírico, justamente com o intuito de dar corpo e lastro para as análises realizadas. Um dos autores de consenso entre os vários estudos e utilizado como aporte teórico, justamente pelo fato de inaugurar esse campo da memória, é o sociólogo francês Maurice Halbwachs. Destaca-se a sua obra *A Memória Coletiva* (2006), em que o autor enunciava três eixos aonde a memória iria se desenvolver e germinar, como se fosse um gradiente, ora se alimentando ora conflitando, definidos como: 1) memória individual, 2) memória coletiva e 3) memória oficial. Quanto à memória individual, podemos dizer que ela seria a mais delicada, justamente porque se utiliza apenas das reminiscências individuais para se equilibrar, muitas vezes incorrendo num fio frágil, natural em todos os indivíduos, justamente pela perda das lembranças em virtude do transcurso do tempo. Assim, ratificamos que, além da veracidade dos fatos que devem estar ancorados na Literatura de Testemunho, também a memória não pode ser fruto unicamente das lembranças individuais fugidias, mas produto de um conjunto de indivíduos que formaram coletivamente uma memória social e que se sentiram impelidos a recontar a história, como se houvesse a necessidade de recompor um tecido social ferido pelos períodos de exceção, adversidades e catástrofes.

Nesse cenário de reconstrução da memória, Halbwachs enfatizava que a memória sempre seria construída no presente a partir da rememoração do passado, portanto, sempre buscando através do filtro do tempo presente o retrato do passado – muitas vezes incompleto, haja vista que o olhar da lembrança é operacionalizado a partir do filtro interpretativo do tempo presente. Nesse enquadramento, a fim de dar sustentação e tessitura a esses quadros da memória, o indivíduo precisaria, necessariamente, de apoio do grupo do qual fez parte com o intuito de endossar ou confrontar as suas memórias, criando e reforçando, por conseguinte, uma memória coletiva de um grupo que possui uma mesma lembrança de um fato ou evento.

Assim, podemos inferir que essa memória coletiva se configura a partir de uma primeira memória individual que é acionada, posteriormente, reforçada e endossada por um grupo do qual o indivíduo fora constituinte, vindo a configurar como memória de um grupo social. Nesse sentido, a chave da memória de um membro desse grupo seria apenas acionada como crível quando, necessariamente, os outros componentes viessem a afiançar a veraci-

dade do seu testemunho, por isso, na acepção de Halbwachs, a memória seria eminentemente um construto social coletivo. As lembranças, sendo elas boas ou más, tornar-se-iam um passaporte para o acesso a um grupo específico e que vivenciaram determinadas situações, logo, possuindo algo comum para lembrar e testemunhar.

Ainda, nesse processo de rememorar o passado através das chaves da memória, precisamos avaliar os silêncios dos personagens, como bem atesta Michael Pollak no seu texto fundante, *Memória, esquecimento, silêncio* (1989). Tributário do arcabouço teórico de Halbwachs, contudo Pollak o amplia conceitualmente e destaca o esquecimento, que pode ser intencional ou não, bem como os silêncios, algumas vezes forçados por traumas pessoais de quem viveu situações muito adversas, em que o ato de rememorar tais situações no tempo presente causaria novamente a lembrança de traumas revividos. Podemos observar esses silêncios quando o personagem narrador, ao rememorar as suas agruras, não consegue decodificar todas as atrocidades vividas, apresentando, por conseguinte, lapsos de memória.

Realçamos, de acordo com Pollak, que o silêncio também pode ser uma estratégia de sobrevivência de *memórias subalternas*, uma vez que pode ser o passaporte seguro para diferentes grupos se manterem vivos, principalmente em momentos de resistência e conflito, sobretudo, quando há a expectativa de uma mudança de cenário adverso num futuro – mesmo distante. De qualquer modo, as lacunas que ficam desses silêncios e esquecimentos podem ser acionadas e decifradas através de cruzamento de uma leitura atenta, evidenciando, por conseguinte, que essas lacunas são como pontos nevrálgicos, justamente onde a memória não consegue avançar por limitações pessoais impostas, como se fosse marcas do tempo passado.

Partindo do aspecto de memória baseado num construto coletivo, apontamos a existência nesse cenário de uma *memória geracional*, visto que esse recorte geracional aciona uma autoidentificação enquanto grupo coletivo. Nesta acepção, a geração não estaria vinculada aos indivíduos que nasceram em um mesmo período demarcado temporalmente, ou seja, mesma idade cronológica, mas exatamente a indivíduos que vivenciaram o mesmo universo de experiências e tornaram-se portadores das mesmas lembranças. Essas experiências acionam e contribuem, portanto, na construção de uma memória coletiva consolidada e de um reconhecimento mútuo, sendo este reforçado fortemente pelo grupo geracional do qual este sujeito fez parte. Por exemplo, quando se reporta à geração 68 (VENTURA, 1988), nesta situação implicaria que todos os personagens do grupo partilharam do mesmo *ethos* político do período, sendo pares recíprocos nos sucessivos eventos que marcaram o emblemático ano de 1968. Buscando conceituar o exemplo, podemos lastreá-lo quando Pierre Nora (1997, p. 3003) enfatiza que a “memória geracional advém de um conjunto histórico e coletivo para se interiorizar até as profundezas viscerais e inconscientes que comandam as escolhas vitais e as fidelidades reflexas. O eu é ao mesmo tempo um nós”.

Dialogando com Halbwachs e Pierre Nora, ao evidenciar acerca dos vários grupos sociais que possuem o interesse de rememorar coletivamente um *ethos* geracional no tempo presente, constatamos que, na maioria das vezes, essas memórias geracionais podem conflitar com as histórias oficiais reificadas. Nesse quadro, realçamos a dificuldade real existente em revelar as memórias subalternas, principalmente quando estas se reportam e pretendem construir uma disputa entre a memória geracional e a história oficial, esse jogo conflitivo podemos denominar também como *disputa de memórias*.

Nesse percurso de ativamente da memória é que germinou a denominada Literatura de Testemunho, que se erigiu frondosamente como fruto dos livros publicados, especialmente, pelas vítimas de primeira geração do Shoah. Torna-se destaque, por exemplo, as obras de vários autores que procuraram descrever como era a vida dentro dos campos de concentração, igualmente é relevante destacar as obras de cunho memorialístico dos diversos sobreviventes do Holocausto, dos exílios, dos genocídios e das ditaduras militares. A produção é ampla e extremamente abrangente, pois evoca as dores e os sofrimentos das vítimas, tornando-se extremamente farta como material bibliográfico até o presente, podendo ser em forma de testemunhos, relatos, biografias e depoimentos. A primeira vertente desse gênero destaca as agruras de judeus nos campos de concentração, evento histórico, geralmente, designado como Holocausto, mas que recebeu por parte de teóricos o termo hebraico ‘Shoah’, que significa, etimologicamente, ‘catástrofe’.

Uma outra vertente da Literatura de Testemunho estabeleceu um outro conceito. Surgida nos anos 60, impulsionada pelo Prêmio Casa de Las Américas e fomentada pelo governo cubano, tal vertente recebeu a denominação *Testimonio*, que na sua tradução livre podemos definir como Testemunho. Essa literatura possui um caráter eminentemente político, pois visa dar voz aos oprimidos pelos regimes ditatoriais que germinaram na América Latina a partir dos anos 60. Conforme sabemos, ao longo dos anos 60 e 70, a América Latina virou palco de regimes de exceção e Golpes de Estados que assolaram o continente, deixando milhares de mortos, refugiados, torturados, presos e exilados políticos. Portanto, com o intuito de dar voz às vítimas dos regimes ditatoriais, o governo cubano impulsionou esse modelo de literatura extremamente politizada e objetivando testemunhos memorialísticos, com vistas a construir um painel político latino-americano.

Ou seja, enfatizamos que o aporte teórico acerca do testemunho reproduz, consequentemente, um conjunto de vozes que sempre polarizaram a reflexão a partir da literatura memorialística e que também se coadunam com outras searas, justamente por sua capacidade discursiva de reverberar com força o testemunho, a memória e a resistência. Nesse sentido, realçamos que essa multivocalidade das vozes do testemunho, sobretudo no caso do *Testimonio*, reativam a história e, consequentemente, possuem instrumentos políticos de denúncias<sup>2</sup>. No caso brasileiro, tributário dessa segunda vertente, esses links atualizaram e aproximaram fronteiras discursivas comuns contra a ditadura civil-militar em seu estágio final.

Em síntese, no Brasil a Literatura de Testemunho e outras mídias conseguiram se transformar em porta-vozes privilegiados de alguns personagens, principalmente os que resolveram transpor a barreira dos subalternos com os seus silêncios forçados e os lapsos históricos oficiais: mediante essa literatura conseguiram revelar as dores desses agentes políticos através das páginas dos livros.

---

2 De acordo com Seligmann-Silva (2001, p 5) referente a características do *Testimonio*: “A ‘política de memória’ que também marca as discussões do Shoah, possui na América Latina um peso muito mais de política “partidária” do que “cultural”: aqui ocorre uma convergência entre a literatura e a política”.

## LITERATURA DE TESTEMUNHO NO BRASIL: UM ENCONTRO DOS EX-GUERRILHEIROS COM A LITERATURA

Conforme realçado, o período da ditadura civil-militar brasileira talvez seja um dos mais limitadores da história do Brasil (1964-1985), principalmente pela questão dos direitos humanos, em face das prisões indevidas, torturas e desaparecimentos políticos. Corroborando esta afirmativa, lembramos que já se passaram mais de 40 anos da Lei da Anistia de 1979, contudo, realçamos que ainda não houve a retomada do julgamento dos crimes de lesa-humanidade cometidos pela corporação militar, portanto, torna-se um objeto de discussão inconcluso, especialmente pelas vítimas que não puderam ver efetivados as reparações de Estado pelos crimes perpetrados.

Em síntese, tal argumento de incompletude e de limitações da Anistia política é defendido pelo conjunto de pessoas que foram vítimas do Estado ditatorial e que não concordam, até a presente data, com o delineamento desse ato político realizado no crepúsculo do regime militar. Para essas vítimas fora uma autoanistia, pois brindou com um retorno seguro aos quartéis a corporação militar que atentara contra os direitos humanos. Salientamos, normativamente, que além de ser realmente uma autoanistia para os militares, também foi uma anistia parcial aos opositores do regime, visto que nem todos os ex-presos políticos puderam sair da cadeia, assim como nem todos os exilados puderam retornar do exílio. Não obstante, na visão das vítimas, todos os militares foram agraciados com a política falaciosa de reconciliação nacional, haja vista que, etimologicamente, anistia significa esquecimento. Nesse sentido e se utilizando desta acepção, a ditadura civil-militar soube estrategicamente cuidar para que ocorresse um processo de esquecimentos forçado para um grande conjunto da sociedade civil, a despeito das vítimas que insistem em vocalizar as suas dores.

A fim de construir um repertório dissonante da história oficial erigido pela ditadura civil-militar nos seus anos finais, os exilados que retornavam do exterior e os ex-presos políticos que saíam da cadeia começaram, ainda muito timidamente, a construir uma obra de denúncia, que visava relatar as agruras do período ditatorial, a despeito de toda a tentativa de coação da ditadura que impunha a seguinte sentença: esquecer para conciliar.

Conforme referido, relatos de testemunho que dialogam com a vertente do *testimonio* latino-americano foram publicados tão logo houve os primeiros ventos liberalizantes e afrouxamento do regime militar na década de 70, lançando, por conseguinte, os primeiros livros de memórias de militantes que pegaram em armas e de suas vivências no exílio. Realçamos que o *boom* memorialístico ocorreu, justamente, após o advento da autoanistia de 1979, pois fora o momento que ex-militantes e exilados puderam compartilhar suas dores. O gênero explodiu em vendagem, uma vez que essa literatura ia ao encontro tanto da curiosidade das pessoas que não sabiam o que tinha ocorrido no Brasil, em face da censura que ainda exista, quanto em virtude de ser uma forma ativa de auxiliar na distensão do regime militar, posto que denunciava suas atrocidades nos seus momentos finais: trata-se de obras que precisavam colocar em xeque e vocalizar uma voz uníssona contra o roteiro final da história imposta pelo regime militar, que estava sendo escrita unicamente pelos próprios ditadores.

Porém, mesmo com toda a profusão de obras lançadas, conforme realçado, o testemunho tinha apenas o caráter simbólico de ajuste de contas com um passado que teimava em sair do armário, mesmo a contragosto de todos os caprichos da ditadura civil-militar em imprimir uma política de esquecimento forçado promovida pela autoanistia. Contudo, tal esquecimento e silenciamento seria uma tarefa impensável para as diversas vítimas do regime militar que insistiam pela verdade e pela justiça, mesmo que esta justiça estivesse num raio impossível de concretude – haja vista que, mesmo saindo de uma ditadura militar, os aparelhos coercitivos se mantinham presentes na jovem democracia que aflorava com seus diversos enclaves e quistos ditatoriais (ZAVERUCHA, 1992).

Esta produção fora extremamente vasta, sendo inaugurada em 1977 por Renato Tapajós com o livro, *Em Câmara Lenta*<sup>3</sup> (1977), ainda antes da Anistia. Entre diversos livros lançados após a Anistia, faz muito sucesso o livro do ex-guerrilheiros e banido político Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?* (1979), lançado em 1979. Destaca-se no mesmo período Alfredo Sirkis com *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* (1980), lançado em 1980 sobre a vida dentro da luta armada de um ex-líder estudantil. Ainda, há os relatos biográficos e memorialísticos como Lamarca, o capital da guerrilha (1981), sobre a vida e a luta do capitão Carlos Lamarca, escrito por Emiliano Jose e Oldack Miranda, em 1981; e *Batismo de sangue* (1982), de Frei Betto, lançado em 1982, ganhador do Prêmio Jabuti em 1982, que abordava a guerrilha urbana e a morte de Carlos Marighella.

Dialogando com a teoria delineada, relembremos que, após o fim dos regimes de exceção, torna-se natural que as memórias individuais subalternas floresçam, principalmente em livros e biografias, dando origem ao adensamento de uma futura memória coletiva do período. Desta forma, a partir dessas memórias individuais subalternas forjar-se-ia uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006), justamente a partir das imbricações, diálogos e convergência dessas memórias comuns do período, que *a posteriori* se fortaleceram num discurso único e formando um feixe de memória coletiva. Em síntese, podemos dizer que, a despeito dessa história oficial forjada sobre o arbítrio do poder torcionário ditatorial, subalternamente subsistiu uma memória individual e com um repertório de luta latente vindo a forjar uma memória coletiva – mesmo que a corporação militar insistisse num roteiro previamente estabelecido de heroificação dos seus ditadores e torturadores.

Quanto especificamente aos livros analisados, acuradamente, observamos todo esse roteiro incluso na Literatura do *Testimonio*, em que se realça muito fortemente a figura do herói. No livro de Gabeira, o herói é o personagem do próprio autor biografado, embora Fernando Gabeira não pretendesse contar toda a sua vida nesse livro, contudo faz um recorte preciso e um balanço de cinco anos da sua vida, desde as manifestações de rua contra a ditadura civil-militar, em 1968, no Rio de Janeiro, até as agruras nas ruas do Chile após o Golpe Militar chileno, em 1973, conforme citação:

Este portanto é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como é que se meteu, de repente, no meio da Irarrazabal, se há apenas cinco anos

3 Convém realçar que esta obra possui “teor testemunhal”, mas não pertence à Literatura de Testemunho, enquanto gênero textual nos termos propostos por Seligmann-Silva (2001).

estava correndo da Ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 64. Onde é mesmo que estávamos, quando tudo começou? (GABEIRA, 1982, p. 12-13)

O enredo do livro detém-se muito no desenrolar do sequestro do embaixador americano, em 1969, pela organização política Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em que Gabeira era um militante periférico, pois cuidava mais da parte gráfica e da comunicação da organização. Este sequestro foi o primeiro do gênero na história e conseguiu a libertação de 15 presos políticos dos cárceres da ditadura. O final do livro *O que é isso, companheiro?* marca a saída de Gabeira do cárcere, sendo utilizado os mesmos procedimentos políticos: seu nome estava na lista dos 40 presos políticos que deveriam ser libertados se a ditadura quisesse resguardar a vida do embaixador alemão, sequestrado em junho de 1970 por outro grupo guerrilheiro.

No livro de Gabeira, além de um balanço de uma geração, em que tentava aclarar onde tinham errado nas suas ações políticas, também demonstrava fortemente uma transnacionalidade militante (MARQUES, 2017), visto que a partir das diversas ditaduras militares na América Latina, especialmente no Cone-Sul, foram criadas uma reciprocidade e convergências de experiências militantes, sobretudo no período chileno do governo socialista de Salvador Allende (1970-1973). Tais experiências militantes propiciam um adensamento e a descoberta da literatura latino-americana no seu período chileno, proporcionando, com certeza, uma visão mais ampliada dos regimes ditatoriais em curso e sobre o fechamento de todo o Cone-Sul pelo arbítrio do terror de Estado na década de 70. Ou seja, segundo o próprio autor, o tempo corria muito rápido e não conseguira processar todo o drama descortinado nas suas retinas. Logo, o livro servia como uma catarse para tentar capturar o que vivera a sua geração.

O segundo livro analisado como expoente dessa Literatura de Testemunho brasileira, *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*<sup>4</sup> (1980), se constitui de um testemunho memorialista de um ex-líder estudantil envolvido com a luta armada no período dos Anos de Chumbo (1968-1975). Na obra de Sirkis, assim como no livro de Gabeira, o autor se ocupou de um recorte de tempo, a fim de que o leitor conseguisse ter uma visão do processo da luta contra a ditadura militar que ocorria no Rio de Janeiro, por meio das ações militantes da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e, posteriormente, no racha político que deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo mitificado Capitão Lamarca, considerado o principal comandante guerrilheiro urbano e o inimigo número um da ditadura civil-militar após o assassinato de Carlos Marighela (GORENDER, 1987). Como pano de fundo, *Os Carbonários* demonstrava o percurso político do autor, sobretudo como conciliava suas opções e sua vida de líder estudantil com a opção pela luta armada.

---

4 O título reporta às pequenas sociedades carbonárias, derrotadas no século XIX, que possuíam uma organização conspiratória contra a tirania e o imperialismo europeu daquele período. Atualizando para o século XX, portanto, a derrota desses guerrilheiros “evocaram ao autor umas tantas analogias com contextos distantes e muito posteriores” (SIRKIS, 2014, p. 39).



A formatura ia transcorrendo normalmente. Eu presidia a mesa, representando o grêmio livre. Falaram os oradores da turma. A plateia de alunos e pais, uns duzentos no máximo, escutava atenta e batia palmas. Novamente tínhamos o Che Guevara de paraninfo (SIRKIS, 2014, p. 131).

Porém, diferente de Gabeira, Sirkis não se dispunha na sua obra a ser o personagem principal, visto que a figura de herói nacional não era trazida para si, ou seja, o mito do herói de acordo com os cânones da Literatura do *Testimonio* era endossado na figura do capitão Carlos Lamarca, que desertara da corporação militar vindo a engrossar as fileiras de oposição ao regime militar, pois, para Sirkis, seria Lamarca aquele que lutou, foi assassinado e serviu de exemplo para a continuidade da luta política no país contra a ditadura civil-militar.

A pontaria de Lamarca era legendária e estava ligada a histórias de outros combatentes. Sua primeira morte foi um guarda, na cobertura de um assalto da velha VPR a banco. (...) Lamarca apoiou o Smith & Wesson de competição na palma da mão esquerda e deu dois tiros rápidos, a mais de 50 metros. Um no queixo, um em cheio no capacete do guardinha, que teve morte instantânea. Daniel uma vez me contou que no Vale do Ribeira ele se divertia acertando cipós a distância de que outros companheiros nem sequer viam. A pontaria era apenas uma das muitas características que tinham feito dele, durante muitos anos, o “oficial modelo”. Sempre prestigiado pelos superiores e, coisa mais rara, adorado pela tropa (...) uma voz de comando que irradiava aquela segurança, que agora nós, irregulares de segunda categoria, também sentíamos (SIRKIS, 2014, p. 360).

Destacamos que, nesses livros, quando trabalhamos com a Literatura de Testemunho latino-americano, alguns elementos importantes para análise, principalmente o mito do herói. Em síntese, nas palavras de Seligmann-Silva (2001, p. 126) “na literatura sobre o *testimonio* a necessidade é entendida quase que exclusivamente em um sentido de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do herói e de se conquistar uma voz para os subalternos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao analisar as obras do gênero Literatura de Testemunho, percebemos que elas foram fartas desde o final do período ditatorial, mais especificamente após a anistia política, tendo proliferado ao longo dos anos 80. Portanto, essa literatura ao longo desses anos funcionou como veículo e porta-voz para inúmeras vítimas, que se utilizaram desse gênero como instrumento para construir um discurso contra a ditadura civil-militar e fomentar um processo de distensão, com vistas a um ajuste de contas simbólico com o passado. Ou seja, a partir dessa literatura as vítimas visavam, além da catarse pessoal dos traumas vivi-

dos, juntar esforços e se tornar uma voz uníssona contra as mazelas e os arbítrios ocorridos durante o regime militar, buscando *a posteriori* suas reparações.

Portanto, ao reportarmos o modelo de Literatura de Testemunho no Brasil, dialogamos com esse gênero no cenário literário do século XX e verificamos que essa literatura no Brasil também é herdeira das ramificações do gênero *Testimonio*. Reiterando, com vista a construir uma literatura engajada e com um recorte político partidário em que o agente do testemunho possui, indubitavelmente, um compromisso pela verdade.

Retomando o objetivo desse artigo acerca do uso dessa memória na Literatura de Testemunho, verificamos que essa memória servia, primeiramente, como uma catarse pessoal, posteriormente, para saldar dívida com quem morreu e, como último objetivo, como uma forma de resgatar a verdade, a despeito da história oficial edificada pela ditadura civil-militar. Nessa busca pela verdade, consideramos que essa literatura funcionou como uma tímida tentativa de ajuste de contas com a história e os seus verdugos, visto que a ditadura civil-militar auto anistiou os seus torturadores, melhor dito, seria um singelo ajuste de contas possível, uma vez que não poderiam colocar no banco dos réus os torturadores.

Porém, por mais esforços que os autores objetivaram nesse avivamento da memória como arma política, eles permaneceram no plano simbólico da justiça, pois os crimes de lesa-humanidade testemunhados não puderam ser julgados, bem como os torturados não foram presos e os corpos dos desaparecidos políticos relatados nos livros não foram entregues. Portanto, nesse cenário ainda adverso e inconcluso, para as vítimas do regime militar que relataram as suas memórias nos livros, a história oficial ainda está longe de ser impregnada pela verdade, mesmo com tantas dores, traumas e testemunhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 1982.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOSE, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1981.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O Exílio e as Transformações de Repertórios de Ação Coletiva: A Esquerda Brasileira no Chile e na França (1968-1978). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/dados/a/kvtcq7Cs8bG5cDQ47HxNX9c/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

NORA, Pierre. La Génération. In.: NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Mémoire*. v. 2. Paris: Gallimard, 1997, p. 2975-3015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro. Vértice. p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Zeugnis e Testimonio: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Letras*, n. 22, p. 121-130, 2001. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11829/0>>. Acesso em: 11 mar 2022.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/22610/16155>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*: romance. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 19, p. 56-65, 1992. Disponível em:

< [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19\\_06.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/19/rbcs19_06.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2022.